

MENTIRAS TRABALHISTAS NÃO AJUDARÃO A INDÚSTRIA BRASILEIRA

Rafael de Araújo Gomes,
Procurador do Trabalho

No dia 25 de abril de 2012 o jornal O Estado de São Paulo publicou artigo redigido por Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sob o sugestivo título “Custos trabalhistas asfixiam a indústria”.

No artigo, Andrade relaciona as baixas produtividade e competitividade da indústria brasileira aos custos trabalhistas e aos próprios trabalhadores, da seguinte forma:

“O crescimento dos custos do trabalho tem duas fontes principais: a elevação dos salários e o aumento do número de obrigações. É positivo que os trabalhadores estejam ganhando mais. Isso estimula o consumo, incrementa investimentos e faz a roda da economia girar. Mas os reajustes devem refletir a elevação na produtividade. De acordo com levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas, entre 2003 e 2009, o custo da mão de obra na economia brasileira cresceu 120% diante dos nossos competidores internacionais. A produtividade subiu apenas 0,6% por ano, em média. Na indústria a situação é pior, com elevação de 150% nos custos e queda de 0,8% na produtividade.

(...)

Sem prejuízo dos direitos trabalhistas, governo, Congresso e Justiça precisam racionalizar a estrutura de custos do trabalho. Os sindicatos de trabalhadores e de empregadores estão abertos ao diálogo para construir alternativas.

Só assim as empresas poderão investir, gerar mais empregos, ganhar

competitividade e impulsionar o crescimento.”

O raciocínio, portanto, conduz à seguinte conclusão: os trabalhadores estão recebendo reajustes acima do aumento da produtividade, o que eleva os custos do trabalho, e isso impede as empresas de “investir, gerar mais empregos, ganhar competitividade e impulsionar o crescimento”.

Muito simples e claro, não?

Ocorre que o estudo da FGV citado por Andrade, invocado como “comprovação científica” das ideias apresentadas, não conduz em absoluto a tal conclusão. De fato, o estudo aponta praticamente no sentido oposto.

O Estadão publicou, em 17 de março de 2012, reportagem sobre o referido estudo da Fundação Getúlio Vargas, realizado pelo pesquisador Regis Bonelli. Segundo a notícia:

“O custo da mão de obra na indústria brasileira teve aumento de 150% em relação ao dos parceiros comerciais do País entre 2003 e 2009.

(...)

O estudo de Bonelli mostra que foi de fato a valorização do câmbio real (que leva em conta a diferença entre as inflações dos países) que encareceu o custo do trabalho no Brasil nos últimos anos. O pesquisador verificou que o rendimento médio subiu apenas 0,6% ao ano acima do deflator implícito do PIB, um índice de inflação muito abrangente derivado das Contas Nacionais. Desta forma, não foram aumentos salariais acima da inflação brasileira os principais responsáveis por tornar a mão de obra nacional tão cara.

Outro problema da alta do custo do trabalho foi o mau desempenho da produtividade nos últimos anos. Se os trabalhadores estivessem ganhando mais, quando se mede o seu rendimento em moeda estrangeira, mas ao mesmo tempo estivessem produzindo muito mais, a competitividade não seria tão comprometida. Mas não foi isso que aconteceu.

Média. *A produtividade, que mede o quanto se produz por trabalhador, cresceu a uma média de apenas 0,6% entre 2000 e 2009. Mas esse desempenho geral oculta números ruins para a indústria, cuja produtividade caiu a uma média de 0,8% ao ano de 2000 a 2009.*

Os serviços tiveram um aumento anual de 0,5%, próximo da economia como um todo, enquanto a agropecuária apresentou um ótimo desempenho: aumento de produtividade a um ritmo médio anual de 4,3%.”

O quadro descrito pela FGV mostra-se, portanto, muito diverso daquele referido por Andrade. Basicamente, o presidente da CNI invocou o estudo para chegar a conclusões opostas às aquelas obtidas pela Fundação.

A verdade é que não foram os reajustes salariais que elevaram os custos do trabalho, comparativamente a outros países. Pelo contrário, o estudo informa que os reajustes obtidos pelos trabalhadores, em quase uma década, foram bastante reduzidos. A diferença foi causada pela taxa do câmbio, fixada sem qualquer envolvimento dos trabalhadores, e à baixa produtividade da indústria brasileira, fenômeno pelo qual devem ser responsabilizados os próprios empresários, e não os operários.

A realidade é que os trabalhadores brasileiros já dão, muito além do que deveriam, sua contribuição para o incremento da competitividade da economia brasileira. Quem não está fazendo sua parte é o governo e os empresários, inclusive os da indústria.

A exagerada contribuição dos trabalhadores brasileiros à competitividade da economia do país é revelada por pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho, conforme informa reportagem da Agência Brasil, de 30 de março de 2012:

“Pesquisa com 72 países, tem Brasil na 51ª posição, com um salário médio de US\$ 778 (R\$ 1,4 mil)

Uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)

definiu que o salário médio mundial é US\$ 1.480 (R\$ 2,7 mil). Trata-se de um valor aproximado, baseado em dados de 72 países, que não incluem algumas das nações mais pobres do mundo. Todos os números são ajustados para refletir variações no custo de vida de um país para outro e se referem apenas a trabalhadores assalariados e não a autônomos ou pessoas que vivem com a renda de benefícios sociais.”

A íntegra do estudo revela que, da lista de 72 países analisados, o Brasil encontra-se na 51ª posição no ranking de salários. Os cinco primeiros lugares são ocupados por Luxemburgo, Noruega, Áustria, EUA e Reino Unido. Dentre os latino-americanos, Argentina (40ª), Chile (43ª) e Panamá (49ª) estão à frente do Brasil.

A informação é relevante porque, nos últimos dez anos, o Brasil galgou diversos degraus no ranking das maiores economias do planeta (conforme tamanho do PIB - Produto Interno Bruto), tendo inclusive, neste ano de 2012, ultrapassado o Reino Unido. Hoje o Brasil é a 6ª maior economia do mundo.

Ora, como é possível que a 6ª maior economia, com uma população muito menor que a da China e da Índia, por exemplo, ocupe tão somente a 51ª posição no ranking mundial de salários?

Para onde está indo a riqueza a mais criada pela 6ª maior economia?

Parte da resposta pode ser extraída da seguinte reportagem, veiculada em 20 de junho de 2012 pelo site R7:

“Brasil é o 11º lugar em ranking de países com maior números de milionários

A quantidade de brasileiros milionários aumentou de 155 mil para 165 mil em 2011 – um avanço de 6,2%, de acordo com o Relatório da Riqueza Mundial 2012 da companhia global de gestão patrimonial RBC Wealth Management com a consultoria Capgemini.

O Brasil ocupa a 11ª posição no ranking de países com mais milionários no

mundo. O relatório analisa, contudo, os indivíduos com mais de US\$ 1 milhão disponível para investimentos.

Hoje, todos os milionários do mundo possuem juntos mais de R\$ 86 trilhões (US\$ 42 trilhões).”

Tal informação merece ser lida conjuntamente com a seguinte reportagem, publicada pelo jornal Valor Econômico em 23 de novembro de 2011:

“País só cria vagas de baixa remuneração, de acordo com dados do Caged

O crescimento do mercado de trabalho brasileiro ocorre principalmente entre os empregos que pagam até dois salários mínimos. O saldo entre admitidos e demitidos só é positivo até essa faixa salarial, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Acima dessa faixa, demite-se mais do que se contrata. O avanço do salário mínimo, cujo poder de compra vem crescendo, "empurra" uma parte desses trabalhadores para a base da pirâmide salarial, compondo uma forte concentração nos postos de trabalho com salários menores.”

Temos então um país no qual os salários permanecem em patamares muito baixos, ao mesmo tempo em que proliferam novos milionários. De modo que a riqueza adicional criada no país não está sendo distribuída à massa da população, sendo desviada, sob a forma de lucro privado, em favor de um grupo muito pequeno de pessoas (165 mil indivíduos, o que corresponde a 0,08% da população do país).

Uma realidade que o Sr. Andrade esqueceu de mencionar.

Mas os equívocos do presidente da CNI vão além disso. De forma espúria, ele buscou em seu artigo atrelar custos (e portanto direitos) trabalhistas à perda de produtividade na indústria brasileira. Trata-se de uma associação surpreendente, já que os operários não possuem poder ou autonomia para redefinir processos produtivos, de modo a elevar a produtividade. Quem possui tal poder são os empresários brasileiros, que

nesse quesito deixam muito a desejar, salvo notáveis exceções.

Sobre o tema, mostra-se conveniente mencionar que o governo do Reino Unido, país recentemente ultrapassado em PIB pelo Brasil, tem se mostrado preocupado com os baixos índices de produtividade do trabalho naquele país. O assunto vem sendo abordado em publicações oficiais do governo britânico, merecendo transcrição o seguinte estudo (intitulado “Labour productivity”, de autoria de Craig Lindsay, publicado pelo Office for National Statistics na revista Labour Market Trends em novembro de 2004):

“Ao analisar este atual problema de produtividade, e pesquisando maneiras de reduzir a lacuna de produtividade, o governo identificou cinco principais fatores de produtividade: investimento, inovação, qualificação, concorrência e empreendimento. Estes devem ser os alvos da política do governo.

Dentro deste quadro, a produtividade do trabalho pode ser aumentada de várias maneiras. O modo mais óbvio é através da melhoria da qualidade do trabalho utilizado, por exemplo, aumentando o nível de qualificação da força de trabalho. Aumento e melhor utilização do capital - através de investimento em máquinas – terá um impacto, pois irá aperfeiçoar a eficiência na forma como esses fatores de produção são utilizados em conjunto.

(...)

A produtividade do trabalho pode ser aumentada através do aumento da qualificação da força de trabalho. Melhores habilidades tornam os trabalhadores mais eficientes. Com efeito, pesquisas sugerem que o capital humano é um dos principais motores que explicam as diferenças de produtividade.

(...)

A produtividade pode também ser aumentada aperfeiçoando-se a eficiência com a qual os diferentes elementos de produção são utilizados, por exemplo através de uma melhor organização do trabalho, ou melhor tecnologia.

(...)

Gestão é fundamental para a inovação e o empreendimento. No entanto, muitos gerentes e administradores não têm qualificações formais e possuem formação limitada. O resultado é que os gestores do Reino Unido são muitas vezes vistos como menos eficientes do que os estrangeiros. De fato, gestão e liderança pobres são frequentemente citadas como a principal razão por detrás do fechamento de pequenas empresas no Reino Unido (mais de um terço delas encerram dentro do primeiro ano de existência), e tem sido sugerido que habilidades gerenciais deficientes são um dos fatores significativos por trás dos menor níveis de produtividade no Reino Unido.

(...)

Como já foi referido, o investimento tem implicações para a produtividade do trabalho através do seu impacto sobre a qualificação e a inovação. Novos investimentos possibilitam a introdução de novas técnicas. Novamente, esta é uma área que, de acordo com o governo, pode explicar os baixos níveis de produtividade do Reino Unido. O Reino Unido tem geralmente investido menos do que os seus principais concorrentes.

Mais especificamente, O'Mahoney e de Boer (2002) descobriram que, olhando para o capital investido por hora trabalhada, o Reino Unido está substancialmente atrás de seus rivais. Por exemplo, em 1999, os EUA investiram 25 por cento mais capital por hora trabalhada, a França 60 por cento a mais, e na Alemanha 32 por cento a mais.”

As últimas observações do estudo mostram-se particularmente pertinentes à realidade brasileira. Se o governo britânico vê com preocupação o baixo percentual de investimento por horas trabalhadas, problema que redundava em perda de produtividade e, portanto, de competitividade da economia, o governo brasileiro deveria se mostrar ainda mais preocupado, pois a taxa de investimento em inovação e qualificação por aqui é ainda menor. De fato, o Brasil apenas ultrapassou o Reino Unido em tamanho do PIB graças à boa fase do preço das commodities agrícolas e minerais, e não graças à eficiência de sua

indústria.

O empresariado brasileiro, célere em apontar a culpa para os seus problemas no estado e nos trabalhadores, é notoriamente avesso à inovação e à realização de investimentos. Mesmo diante de aguda carência de mão de obra qualificada, por exemplo, indispensável ao avanço da produção, preferem os empresários aguardar que o governo se encarregue de suprir a deficiência, ou que os próprios trabalhadores pauperizados financiem a qualificação por conta própria.

Investir em inovação, para o empresário brasileiro médio, é “custo”, e “custos” são vistos sempre como um mal, a ser suportado por outrem, pelo governo, pelos trabalhadores ou pela sociedade como um todo, mas não por ele. Mesmo que o significado de tal “custo” seja viabilizar ganhos maiores futuros. Prefere-se o lucro rápido e fácil de hoje ao lucro maior de amanhã.

Veja-se, sobre o tema, a seguinte reportagem (em <http://jornale.com.br/mirian/?p=13295>):

“Taxa de investimentos no Brasil é uma das menores do mundo

A taxa de investimento brasileira está entre as mais baixas entre os países emergentes. Segundo pesquisa recente do Banco Central com analistas neste primeiro trimestre de 2011, permanece muito aquém do necessário para garantir crescimento de 5,5% ao ano. Depois de crescer a um ritmo recorde de 21,8% em 2010 (apesar de forte desaceleração no último trimestre), investimentos em máquinas e instalações produtivas atingiram o equivalente a 18,4% do PIB.

Essa taxa de investimento representa recuperação em relação aos 16,9% de 2009, mas seguiu abaixo do nível pré-crise, de 19,1% em 2008. Entre um grupo de 20 países considerados emergentes pela Bolsa eletrônica S&P, o Brasil está entre os três que menos investem (na frente apenas de Egito e Filipinas). Na América Latina, países como Peru, Chile e Colômbia têm conseguido aumentar suas taxas de investimento para níveis próximos a 25% do PIB. Já China e Índia atingiram taxas de investimento próximas de 47% e 32% do PIB, respectivamente, em 2010.”

Tal realidade é reconhecida pela diretoria do BNDES, segundo notícia publicada pelo O Estado de São Paulo, em 09 de março de 2012:

“Taxa de investimento é ridícula, diz Ferraz, do BNDES

O vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), João Carlos Ferraz, chamou nesta sexta-feira (9) a atual taxa de investimento do País de "ridícula". Na última terça-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o Brasil fechou 2011 com o investimento em 9,3% do Produto Interno Bruto (PIB), ligeiramente abaixo do patamar de 19,5% de 2010.

"A relação investimento / PIB é ridícula", disse o executivo ao proferir aula inaugural no Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do qual é professor licenciado. Ferraz defendeu que a taxa ideal para o País seria de 24% a 25% do PIB. Porém, ele afirmou que não é possível prever quando o Brasil atingirá esse patamar."

Por todos esses motivos, percebe-se que a tentativa de se estabelecer uma vinculação entre a baixa produtividade – e, por conseguinte, baixa competitividade – da indústria brasileira com os custos (e direitos) trabalhistas é providência, além de injusta e incorreta, francamente prejudicial à economia do país. Reduzir ainda mais os custos trabalhistas, através da supressão de direitos e congelamento de salários, certamente redundará em maior perda de eficiência econômica. Produtividade do trabalho se aumenta, como visto, com investimentos em inovação e com qualificação profissional, não com precarização trabalhista e social.

A economia brasileira precisa de trabalhadores com mais educação, com maior qualificação profissional e melhor remuneração (que continua muito baixa), não de trabalhadores ainda mais pobres do que já o são atualmente.

Enfim, não será com mentiras trabalhistas que a indústria brasileira conseguirá recuperar o espaço que vem perdendo, tanto em termos de participação no PIB nacional quanto em seu desempenho frente à concorrência internacional. Os empresários e lideranças do setor precisam, em primeiro lugar, olhar para dentro e corrigir os problemas por eles próprios criados (como baixo investimento em inovação e

deficiências gerenciais) ao invés de tentar transferir tal responsabilidade, de forma injusta e sem qualquer efeito prático.